

Colégio  
00001Sala  
0001Ordem  
0001

Fevereiro/2023



**Concurso Público para o Provimento de Cargos de  
Técnico Judiciário  
Área Administrativa  
Especialidade Agente da Polícia Judicial**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'K11', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA**

**Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva-Redação**

**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A luz que me guia é bem mais forte do que os olhos que me cercam.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde à sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE**

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

**ATENÇÃO**

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## CONHECIMENTOS GERAIS

## Língua Portuguesa

**Atenção:** Leia a crônica “Pai de família sem plantação”, de Paulo Mendes Campos, para responder às questões de números 1 a 12.

*Sempre me lembro da história exemplar de um mineiro que veio até a capital, zanzou por aqui, e voltou para contar em casa os assombros da cidade. Seu velho pai balançou a cabeça; fazendo da própria dúvida a sua sabedoria: “É, meu filho, tudo isso pode ser muito bonito, mas pai de família que não tem plantação, não sei não...”*

*Às vezes morro de nostalgia. São momentos de sinceridade, nos quais todo o meu ser denuncia minha falsa condição de morador do Rio de Janeiro. A trepidação desta cidade não é minha. Sou mais, muito mais, querendo ou não querendo, de uma indolência de sol parado e gerânios. Minha terra é outra, minha gente não é esta, meu tempo é mais pausado, meus assuntos são mais humildes, minha fala, mais arrastada. O milho pendoou? Vamos ao pasto dos Macacos matar codorna? A vaca do coronel já deu cria? Desta literatura rural é que preciso.*

*Eis em torno de mim, a cingir-me como um anel, o Rio de Janeiro. Velozes automóveis me perseguem na rua, novos edifícios crescem fazendo barulho em meus ouvidos, a guerra comercial não me dá tréguas, o clamor do telefone me põe a funcionar sem querer, a vaga se espalha e repercute no meu peito, minha inocência não percebe o negócio de milhões articulado com um sorriso e um aperto de mão. Pois eu não sou daqui.*

*Vivo em apartamento só por ter cedido a uma perversão coletiva; nasci em casa de dois planos, o de cima, da família, sobre tábuas lavadas, claro e sem segredos, e o de baixo, das crianças, o porão escuro, onde a vida se tece de nada, de pressentimentos, de imaginação, do estofo dos sonhos. A maciez das mãos que me cumprimentam na cidade tem qualquer coisa de peixe e mentira; não sou desta viração mesclada de maresia; não sei comer este prato vermelho e argênteo de crustáceos; não entendo os sinais que os navios trocam na cerração além da minha janela. Confio mais em mãos calosas, meus sentidos querem uma brisa à boca da noite cheirando a capim-gordura; um prato de tutu e torresmos para minha fome; e quando o trem distante apitasse na calada, pelo menos eu saberia em que sentimentos desfalecer.*

*Ando bem sem automóvel, mas sinto falta de uma charrete. Com um matungo que me criasse amizade, eu visitaria o vigário, o médico, o turco, o promotor que lê Victor Hugo, o italiano que tem uma horta, o ateu local, o criminoso da cadeia, todos eles muitos meus amigos. Se aqui não vou à igreja, lá pelo menos frequentaria a doçura do adro, olhando o cemitério em aclave sobre a encosta, emoldurado em muros brancos. Aqui jaz Paulo Mendes Campos. Por favor, engavetem-me com simplicidade do lado da sombra. É tudo o que peço. E não é preciso rezar por minha alma desgovernada.*

(Adaptado de: CAMPOS, Paulo Mendes. **Balé do pato**. São Paulo: Ática, 2012)

1. Em relação à vida urbana no Rio de Janeiro, o cronista expressa, sobretudo, um sentimento de
  - (A) entusiasmo.
  - (B) orgulho.
  - (C) inadequação.
  - (D) inveja.
  - (E) curiosidade.

---

2. O cronista dirige-se explicitamente a seus leitores no seguinte trecho:
  - (A) “Por favor, engavetem-me com simplicidade do lado da sombra.” (5º parágrafo)
  - (B) “É, meu filho, tudo isso pode ser muito bonito, mas pai de família que não tem plantação, não sei não...” (1º parágrafo)
  - (C) “Ando bem sem automóvel, mas sinto falta de uma charrete.” (5º parágrafo)
  - (D) “Eis em torno de mim, a cingir-me como um anel, o Rio de Janeiro.” (3º parágrafo)
  - (E) “Vivo em apartamento só por ter cedido a uma perversão coletiva,” (4º parágrafo)

---

3. O cronista recorre à figura de linguagem denominada hipérbole em:
  - (A) *Pois eu não sou daqui.* (3º parágrafo)
  - (B) *Vamos ao pasto dos Macacos matar codorna?* (2º parágrafo)
  - (C) *A vaca do coronel já deu cria?* (2º parágrafo)
  - (D) *Às vezes morro de nostalgia.* (2º parágrafo)
  - (E) *Ando bem sem automóvel, mas sinto falta de uma charrete.* (5º parágrafo)

---

4. No 1º parágrafo, em relação ao relato do filho sobre a capital, o velho pai mostra-se, sobretudo,
  - (A) rancoroso.
  - (B) entediado.
  - (C) reticente.
  - (D) nostálgico.
  - (E) entusiasmado.



5. O termo que qualifica o substantivo na expressão “*velho pai*” (1º parágrafo) tem sentido oposto àquele que qualifica o substantivo em:
- (A) *alma desgovernada* (5º parágrafo).
  - (B) *história exemplar* (1º parágrafo).
  - (C) *falsa condição* (2º parágrafo).
  - (D) *perversão coletiva* (4º parágrafo).
  - (E) *novos edifícios* (3º parágrafo).
- 
6. *o meu ser denuncia minha falsa condição de morador do Rio de Janeiro.* (2º parágrafo)
- Ao se transpor o trecho acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:
- (A) foi denunciado
  - (B) denunciaria
  - (C) fora denunciada
  - (D) denunciara
  - (E) é denunciada
- 
7. Verifica-se o emprego de vírgula para assinalar a supressão de um verbo em:
- (A) “*É, meu filho, tudo isso pode ser muito bonito, mas pai de família que não tem plantação, não sei não...*” (1º parágrafo).
  - (B) “*Minha terra é outra, minha gente não é esta, meu tempo é mais pausado, meus assuntos são mais humildes, minha fala, mais arrastada.*” (2º parágrafo).
  - (C) “*Ando bem sem automóvel, mas sinto falta de uma charrete.*” (5º parágrafo).
  - (D) “*Eis em torno de mim, a cingir-me como um anel, o Rio de Janeiro.*” (3º parágrafo).
  - (E) “*Se aqui não vou à igreja, lá pelo menos frequentaria a doçura do adro, olhando o cemitério em aclave sobre a encosta, emoldurado em muros brancos.*” (5º parágrafo).
- 
8. O cronista disse: – Não é preciso rezar por minha alma desgovernada.
- Ao ser transposto para o discurso indireto, o texto acima assume a seguinte redação:
- (A) O cronista disse: – Não precisava rezar por sua alma desgovernada.
  - (B) O cronista disse: – Não precisaria rezar por minha alma desgovernada.
  - (C) O cronista disse que não fora preciso rezar por minha alma desgovernada.
  - (D) O cronista disse que não era preciso rezar por sua alma desgovernada.
  - (E) O cronista disse que não é preciso rezar por sua alma desgovernada.
- 
9. *Sempre me lembro da história exemplar de um mineiro que veio até a capital, zanzou por aqui, e voltou para contar em casa os assombros da cidade.* (1º parágrafo)
- O termo sublinhado acima introduz uma oração que expressa ideia de
- (A) condição.
  - (B) consequência.
  - (C) causa.
  - (D) finalidade.
  - (E) proporção.
- 
10. Expressão expletiva é uma expressão que não exerce função sintática. (Adaptado de: BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**, 2009)
- Constitui uma expressão expletiva o que está sublinhado em:
- (A) *Desta literatura rural é que preciso* (2º parágrafo).
  - (B) *Sempre me lembro da história exemplar* (1º parágrafo).
  - (C) *Vivo em apartamento só por ter cedido a uma perversão coletiva* (4º parágrafo).
  - (D) *Pois eu não sou daqui* (3º parágrafo).
  - (E) *Às vezes morro de nostalgia* (2º parágrafo).
- 
11. Verifica-se a ocorrência de metonímia em:
- (A) *um mineiro que veio até a capital* (1º parágrafo).
  - (B) *o promotor que lê Victor Hugo* (5º parágrafo).
  - (C) *pai de família que não tem plantação* (1º parágrafo).
  - (D) *um prato de tutu e torresmos para minha fome* (4º parágrafo).
  - (E) *É tudo o que peço* (5º parágrafo).



12. “nasci em casa de dois planos, o de cima, da família, sobre tábuas lavadas, claro e sem segredos, e o de baixo, das crianças, o porão escuro, onde a vida se tece de nada, de pressentimentos, de imaginação, do estofado dos sonhos.” (4<sup>o</sup> parágrafo)

O termo sublinhado acima pode ser substituído, sem prejuízo para a correção gramatical, por:

- (A) nas quais
- (B) na qual
- (C) nos quais
- (D) no qual
- (E) a qual

**Atenção:** Leia o trecho do romance “**Esau e Jacó**”, de Machado de Assis, para responder às questões de números 13 a 17.

*Visões e reminiscências iam assim comendo o tempo e o espaço ao conselheiro Aires, a ponto de lhe fazerem esquecer o pedido de Natividade; mas não o esqueceu de todo, e as palavras trocadas há pouco surdiam-lhe das pedras da rua. Considerou que não perdia muito em estudar os rapazes. Chegou a apanhar uma hipótese, espécie de andorinha, que avoaça entre árvores, abaixo e acima, pousa aqui, pousa ali, arranca de novo um surto e toda se despeja em movimentos. Tal foi a hipótese vaga e colorida, a saber, que se os gêmeos tivessem nascido dele talvez não divergissem tanto nem nada, graças ao equilíbrio do seu espírito. A alma do velho entrou a ramalhar não sei que desejos retrospectivos, e a rever essa hipótese, ele pai, estes meninos seus, toda a andorinha que se dispersava num farfalhar calado de gestos.*

(Adaptado de: ASSIS, Machado de. **Esau e Jacó**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012)

13. Depreende-se do texto que o conselheiro Aires se considerava uma pessoa:

- (A) preguiçosa.
- (B) distraída.
- (C) rancorosa.
- (D) submissa.
- (E) equilibrada.

14. “Visões e reminiscências iam assim comendo o tempo e o espaço ao conselheiro Aires, a ponto de lhe fazerem esquecer o pedido de Natividade”

O termo sublinhado acima refere-se a

- (A) tempo e espaço.
- (B) Visões e reminiscências.
- (C) conselheiro Aires.
- (D) pedido.
- (E) Natividade.

15. É invariável quanto a gênero e a número o termo sublinhado em:

- (A) Chegou a apanhar uma hipótese.
- (B) as palavras trocadas há pouco surdiam-lhe das pedras da rua.
- (C) se os gêmeos tivessem nascido dele talvez não divergissem.
- (D) arranca de novo um surto e toda se despeja em movimentos.
- (E) Tal foi a hipótese vaga e colorida.

16. Retoma uma expressão mencionada anteriormente no texto o termo sublinhado em:

- (A) se os gêmeos tivessem nascido dele talvez não divergissem.
- (B) a ponto de lhe fazerem esquecer o pedido de Natividade.
- (C) Chegou a apanhar uma hipótese.
- (D) Tal foi a hipótese vaga e colorida.
- (E) mas não o esqueceu de todo.

17. Um vocábulo também pode ser formado quando passa de uma classe gramatical a outra, sem a modificação de sua forma. É o que se denomina derivação imprópria. Constitui exemplo de derivação imprópria o termo sublinhado em:

- (A) “andorinha que se dispersava num farfalhar calado de gestos”.
- (B) “a ponto de lhe fazerem esquecer o pedido de Natividade”.
- (C) “Considerou que não perdia muito em estudar os rapazes”.
- (D) “Chegou a apanhar uma hipótese”.
- (E) “A alma do velho entrou a ramalhar não sei que desejos retrospectivos”.

**Matemática e Raciocínio Lógico**

18. O aluguel do apartamento em que João mora custa R\$ 1.300,00 por mês acrescido do valor de R\$ 400,00, que corresponde às despesas do condomínio. João foi notificado que, a partir do próximo mês, o aluguel terá um reajuste de 5% e o valor do condomínio terá um reajuste de 13,5%. O acréscimo nas despesas de João com aluguel e condomínio no próximo mês será de:
- (A) 10,50%  
(B) 7,00%  
(C) 6,00%  
(D) 12,50%  
(E) 9,25%
- 
19. Alberto, Breno e Carlos pretendem viajar nas próximas férias e irão para cidades diferentes, Rio de Janeiro, Florianópolis e Belo Horizonte, não necessariamente nessa ordem. Além disso utilizarão meios de transporte diferentes, ônibus, carro e avião, não necessariamente nessa ordem. Breno vai de ônibus, Alberto vai para o Rio de Janeiro e quem viaja para Belo Horizonte vai de carro. É correto afirmar:
- (A) Alberto vai de avião e Breno vai para Florianópolis.  
(B) Carlos vai de avião e Breno vai para Florianópolis.  
(C) Alberto vai de ônibus e Carlos vai para Florianópolis.  
(D) Carlos vai de avião e Breno vai para Belo Horizonte.  
(E) Alberto vai de avião e Breno vai para o Rio de Janeiro.
- 
20. Ana, Bia, Carla e Diana têm 20 anéis. Ana é quem tem mais anéis, Bia tem um anel a menos do que Ana, Carla é quem tem menos anéis e Diana tem um anel a mais do que Carla. Sabendo-se que todas têm pelo menos 3 anéis, é correto afirmar:
- (A) Diana tem 4 anéis.  
(B) Carla tem, no máximo, 4 anéis.  
(C) Bia tem 5 anéis.  
(D) Ana e Diana juntas têm menos de 10 anéis.  
(E) Beatriz tem 5 anéis.
- 
21. Na disciplina de matemática, o critério de avaliação é a média ponderada das notas em três provas, sendo que a terceira tem peso 2 e as demais têm peso 1 cada uma. Na segunda prova, a nota de Pedro foi 50% maior do que a nota de sua primeira prova. Já na terceira prova, Pedro tirou 1 ponto a mais do que em sua segunda prova. Sabendo-se que a média ponderada de Pedro na disciplina de matemática foi 6, a nota da primeira prova foi
- (A) 7  
(B) 6  
(C) 5  
(D) 4  
(E) 3
- 
22. Em cada um de 35 cartões em branco, João escreveu ou o número 3 ou o número 4. Ao final, somou os 35 números escritos e percebeu que a soma era par e múltiplo de 17. O valor da soma é
- (A) 102  
(B) 136  
(C) 170  
(D) 204  
(E) 68
- 
23. Dado que  $16^n + 16^n + 16^n + 16^n = 2^{2022}$ , o valor de  $n$  é
- (A) 1010  
(B) 1011  
(C) 505  
(D) 4020  
(E) 504
- 
24. Quatro barras de chocolate custam R\$ 46,50 a mais do que uma barra. O preço de duas barras de chocolate é
- (A) R\$ 30,00  
(B) R\$ 32,00  
(C) R\$ 33,50  
(D) R\$ 33,00  
(E) R\$ 31,00



25. Uma residência apresentou os seguintes consumos de energia elétrica, em kWh, nos últimos meses de 2022: 611 em julho, 574 em agosto, 599 em setembro, 596 em outubro e 556 em novembro. Os moradores da residência desejam que o consumo médio do segundo semestre de 2022 não supere 580 kWh. Para que a meta seja alcançada o consumo no mês de dezembro de 2022 deve ser, no máximo, de
- (A) 533 kWh
  - (B) 612 kWh
  - (C) 544 kWh
  - (D) 588 kWh
  - (E) 573 kWh

---

### Legislação

26. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, Presidente e Vice-Presidente
- (A) são órgãos da Justiça do Trabalho da 18ª Região.
  - (B) podem ser eleitos com voto por procuração.
  - (C) possuem mandatos de um ano.
  - (D) são eleitos por votação aberta.
  - (E) são eleitos pela maioria dos membros efetivos do Tribunal Pleno.
27. Nos termos definidos no Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, alterar a jurisdição das Varas do Trabalho, autorizar magistrado a participar de cursos de aperfeiçoamento com afastamento das atividades judicantes e deliberar sobre autorização para Juiz do Trabalho residir fora dos limites territoriais de jurisdição da Vara do Trabalho em que for titular, compete, respectivamente,
- (A) ao Tribunal Pleno – ao Tribunal Pleno – e ao Corregedor Regional.
  - (B) ao Corregedor Regional – ao Corregedor Regional – e ao Tribunal Pleno.
  - (C) ao Tribunal Pleno – ao Tribunal Pleno – e ao Tribunal Pleno.
  - (D) ao Tribunal Pleno – ao Corregedor Regional – e ao Corregedor Regional.
  - (E) ao Corregedor Regional – ao Corregedor Regional – e ao Corregedor Regional.
28. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, as correições nas Varas do Trabalho e Serviços Auxiliares de primeiro grau realizadas anualmente ou sempre que se fizerem necessárias, com a publicação prévia de edital, sendo examinados registros, autos e documentos, além de pontos diversos relacionados à organização e ao funcionamento da unidade que o Corregedor Regional julgar necessário e conveniente são definidas como
- (A) ordinárias.
  - (B) comuns.
  - (C) extraordinárias.
  - (D) parciais.
  - (E) regimentais.
29. A Lei nº 8.112/1990 estabelece que, ao entrar em exercício, a aptidão e a capacidade do servidor nomeado para cargo de provimento efetivo serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo. Essa avaliação é definida como
- (A) exercício de cargo probatório.
  - (B) interstício probatório.
  - (C) tempo probatório.
  - (D) estágio probatório.
  - (E) teste probatório.
30. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, dentre outros, são exemplos de situações das quais decorrem vacância do cargo público os casos de
- (A) exoneração e aproveitamento.
  - (B) promoção e readaptação.
  - (C) demissão e disponibilidade.
  - (D) aposentadoria e recondução.
  - (E) falecimento e reintegração.



### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A Estratégia Nacional de Inteligência estabelece os princípios éticos que devem ser norteadores das ações individuais e coletivas dos profissionais de inteligência no Brasil. Dentre tais princípios citamos a **I** que permite o compartilhamento de forma sistemática e proativa de dados e conhecimentos úteis; a análise e reflexão das implicações morais das ações e decisões que define a(o) **II**; sendo certo que todos os procedimentos devem ser realizados com isenção na busca da verdade, por meio da **III**. Os demais princípios são a(o) **IV**, a(o) **V** e a(o) **VI**.

As lacunas **I**, **II**, **III**, **IV**, **V** e **VI** devem ser preenchidas, correta e respectivamente, por:

	<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>	<b>IV</b>	<b>V</b>	<b>VI</b>
A	Compartimentação	Moralidade	Imparcialidade	Dinamismo	Excelência	Respeito
B	Cooperação	Moralidade	Autenticidade	Respeito	Discrição	Pessoalidade
C	Cooperação	Senso Crítico	Imparcialidade	Respeito	Discrição	Excelência
D	Compartimentação	Moralidade	Autenticidade	Coordenação	Dinamismo	Impessoalidade
E	Sistematização	Conformidade	Imparcialidade	Senso Crítico	Coordenação	Ética

32. Ao classificar as informações como reservadas, de acordo com a Lei nº 12.527/2011 e alterações posteriores que trata do acesso à informação, a autoridade pública competente deve levar em consideração, os critérios expostos na lei e, no caso, o prazo
- (A) máximo de restrição de acesso é de 5 anos a partir de sua produção, podendo ser reduzido.  
 (B) mínimo de restrição de acesso é de 5 anos a partir de sua divulgação, podendo ser reduzido.  
 (C) mínimo de restrição de acesso é de 10 anos a partir de sua divulgação, não podendo ser reduzido.  
 (D) mínimo de restrição de acesso é de 5 anos a partir de sua divulgação, não podendo ser reduzido.  
 (E) máximo de restrição de acesso é de 10 anos a partir de sua produção, podendo ser reduzido.

33. Ao deparar com uma crise, o agente de polícia judicial deve adotar os procedimentos emergenciais conhecidos como *medidas iniciais de controle e condução da crise*. Considere:

- I. As medidas iniciais de controle e condução da crise requerem três ações que são adotadas sequencialmente (uma após a outra).  
 II. As medidas iniciais de controle e condução da crise requerem quatro ações que são adotadas simultaneamente (ao mesmo tempo).  
 III. As ações são: conter e isolar a crise, acionar os meios e apoios necessários e iniciar a verbalização com o causador da crise.  
 IV. As ações são: conter a crise, acionar os meios e apoios necessários e iniciar a verbalização com o causador da crise.  
 V. Todas as ações devem ser adotadas exclusivamente pelo órgão policial especializado em gerenciamento de crises e negociação.  
 VI. Todas as ações devem ser desencadeadas pelo agente policial que primeiro se deparou com a crise.  
 VII. Todas as ações, exceto a verbalização com o causador da crise, devem ser desencadeadas pelo técnico de segurança ou policial que primeiro se deparou com a crise.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, IV e VII.  
 (B) I, IV e V.  
 (C) II, III e VII.  
 (D) II, III e VI.  
 (E) II, III e V.
34. Considere que o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região comparecerá a um evento com o Presidente da República e o Governador do Estado de Goiás. O chefe do Departamento de Segurança do Tribunal inicia as tratativas de planejamento da presença dessa autoridade. Para tanto, designa equipe
- (A) aproximada para realizar contato com os organizadores do evento, bem como com o Gabinete de Segurança Institucional, responsável pela segurança do Presidente da República e a Casa Militar estadual responsável pela segurança do Governador do estado de Goiás.  
 (B) precursora para realizar contato com os organizadores do evento, bem como com o Gabinete de Segurança Institucional, responsável pela segurança do Presidente da República e a Casa Militar estadual responsável pela segurança do Governador do estado de Goiás.  
 (C) aproximada para realizar contato com os organizadores do evento, bem como com a polícia Federal, responsável pela segurança do Presidente da República e dos Governadores.  
 (D) precursora para realizar contato com os organizadores do evento, bem como com o Gabinete de Segurança Institucional, responsável pela segurança do Presidente da República e a Polícia Civil estadual responsável pela segurança do Governador do estado de Goiás.  
 (E) precursora para realizar contato com os organizadores do evento, bem como com a Polícia Federal, responsável pela segurança do Presidente da República e a Polícia Civil estadual responsável pela segurança do Governador do estado de Goiás.



35. Uma equipe de segurança de dignitários acompanha a pé a autoridade em um evento em local aberto. Em determinado momento ocorre um ataque com arma longa, a longa distância, contra a pessoa protegida. As primeiras providências que devem ser adotadas pela equipe são:
- (A) reação imediata para a neutralização da fonte do ataque e retirada da autoridade para um local seguro.
  - (B) cobertura da pessoa protegida e reação imediata para a neutralização da fonte do ataque.
  - (C) cobertura da pessoa protegida e permanência no local até o término do ataque.
  - (D) retirada da autoridade e providências para a prisão do criminoso.
  - (E) cobertura e retirada da pessoa protegida para um local seguro.

36. Com relação ao tratamento de vulnerabilidades e exposição constante das coisas e pessoas protegidas a riscos e ameaças, considere as seguintes circunstâncias e ações a elas relacionadas:

**Circunstâncias:**

- I. Alta probabilidade de ocorrência e possibilidade de impacto negativo severo.
- II. Menor probabilidade de ocorrência, porém com efeito muito danoso, caso ocorra.
- III. Alta probabilidade de ocorrência, mas que causa pouco dano.
- IV. Baixa probabilidade de ocorrência e pequeno impacto, caso ocorra.

**Ações:**

- a. Providências adotadas apenas em caso de ocorrência.
- b. Monitoramento sistemático e rotineiro.
- c. Adoção imediata de procedimentos.
- d. Planejadas e incorporadas a um plano de contingências.

Representa a correta correlação entre as circunstâncias e as ações:

- (A) I-b - II-c - III-d - IV-a.
- (B) I-d - II-b - III-c - IV-a.
- (C) I-c - II-a - III-b - IV-d.
- (D) I-a - II-b - III-c - IV-d.
- (E) I-c - II-b - III-d - IV-a.

37. Sobre segurança física, considere:

- I. O serviço de vigilância não pode ser considerado segurança física.
- II. Barreiras naturais são consideradas segurança física mesmo não originariamente concebidas para tal.
- III. A ostensividade não é preponderante para que determinado meio material seja considerado de segurança física.
- IV. O controle de acesso é um tipo de segurança física e não necessariamente deve ser capaz de limitar o acesso de pessoas e coisas.
- V. Os meios de segurança física podem atuar de forma integrada e compartilhada, inclusive com outras funcionalidades, como registro de fluxo de pessoas em determinados locais.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, IV e V.
- (B) III e V.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I e IV.



38. O Policiamento ostensivo das instalações e adjacências dos Tribunais Regionais do Trabalho consta dentre as medidas mínimas de segurança, de acordo com a Resolução CSJT nº 315/2021.

Sobre essa atividade, considere:

- I. Nas instalações dos Tribunais, o policiamento ostensivo é desenvolvido pelos integrantes da Polícia Judicial e, nas adjacências, exclusivamente pela Polícia Militar do respectivo Estado.
- II. Permite-se, quando necessária, a atuação acessória do serviço de vigilância terceirizado.
- III. É desenvolvida com exclusividade pela Polícia Militar do respectivo Estado.
- IV. A partir da citada resolução não se admite a participação, ainda que acessória, do serviço de segurança terceirizado.
- V. É desenvolvida pelos inspetores e agentes de Polícia Judicial, inclusive nas adjacências dos Tribunais quando necessário.
- VI. É desenvolvida por efetivo designado da Polícia Militar do respectivo estado, sob coordenação dos Inspectores de Polícia Judicial.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III, IV e VI.
- (B) I, III e V.
- (C) II e V.
- (D) I e II.
- (E) IV e VI.

39. No tocante ao exercício do poder de polícia administrativa dos Tribunais Regionais do Trabalho, havendo a prática de infração I nas dependências físicas do Tribunal, envolvendo pessoa sujeita a sua jurisdição, o II poderá, sem prejuízo da requisição da instauração de III, instaurar IV ou delegar tal função V.

De acordo com a Resolução CSJT nº 315/2021, as lacunas I, II, III, IV e V, devem ser preenchidas, correta e respectivamente, por:

	I	II	III	IV	V
A	administrativa	Presidente	sindicância	procedimento apuratório preliminar	para autoridade competente
B	penal	Presidente	inquérito policial	procedimento apuratório preliminar	para autoridade competente
C	penal	Inspetor de Polícia Judiciária	inquérito policial	procedimento apuratório preliminar	ao agente de polícia judiciária
D	administrativa	Inspetor de Polícia Judiciária	procedimento apuratório preliminar	sindicância	a outra autoridade competente
E	penal	Presidente	procedimento apuratório preliminar	inquérito policial	a outro magistrado

40. Ao se prestar os primeiros-socorros a uma vítima de acidente de trânsito, devem ser adotadas providências que evitem o agravamento do acidente e garantam que a vítima não terá sua situação agravada pela demora no socorro ou por uma remoção mal feita. Mesmo uma pessoa que não possui treinamento especializado pode auxiliar um acidentado. A única ação que pode contribuir para o atendimento da vítima, dentre as listadas abaixo, é:

- (A) Remover o capacete dos motociclistas, quando esses forem os acidentados
- (B) Movimentar os veículos e as pessoas acidentadas da via, liberando o tráfego.
- (C) Identificar fraturas de membros, procedendo o realinhamento dos mesmos.
- (D) Remover o cinto de segurança caso esteja dificultando a respiração da vítima.
- (E) Identificar os sintomas da vítima e fornecer a medicação mais adequada.

41. Os acidentes de trânsito oferecem riscos adicionais às vítimas, às pessoas que prestam socorro e aos demais usuários das vias. Além dos ferimentos e danos já causados pelo acidente, podem ser apontadas várias fontes de risco potencial, como novas colisões, atropelamentos, cabos de eletricidade, incêndio, explosão, óleo e obstáculos na pista, vazamento de produtos perigosos e doenças infectocontagiosas. Considerando a necessidade de realizar o adequado gerenciamento desses riscos as alternativas abaixo estão corretas, EXCETO:

- (A) Ao verificar que há um cabo energizado sobre um veículo, em regra, devemos orientar os ocupantes a saírem do seu interior.
- (B) Ao manusear sangue ou secreções de vítimas é necessário utilizar luvas de borracha para evitar contaminações.
- (C) Ao identificar condições adversas como noite, chuva e neblina, as distâncias para início da sinalização de um acidente devem ser aplicadas em dobro.
- (D) Ao constatar que há óleo derramado na pista, uma boa ação para minimizar esse risco é jogar terra ou areia na pista.
- (E) Ao identificar risco de explosão devido ao vazamento ou chamas em um caminhão de combustível ou gás inflamável, deve-se interditar totalmente a via.



42. Os incêndios são eventos perigosos e indesejados pois constituem ameaça à vida, ao meio ambiente e ao patrimônio. A fim de minimizar os riscos desse tipo de evento, a NR 23, cuja última atualização entrou em vigor em 3 de outubro de 2022, estabelece medidas de prevenção contra incêndios nos ambientes de trabalho. Quanto às medidas previstas na NR 23, considere:
- I. Os locais de trabalho devem dispor de saídas em número suficiente e dispostas de modo que aqueles que se encontrem nesses locais possam abandoná-los com rapidez e segurança em caso de emergência.
  - II. As organizações de trabalho com menos de 5 funcionários são isentas da necessidade de adotar medidas de prevenção contra incêndio previstas na legislação estadual ou nas normas técnicas oficiais.
  - III. As aberturas, saídas e vias de passagem de emergência devem ser identificadas e sinalizadas de acordo com a legislação estadual e, quando aplicável, de forma complementar, com as normas técnicas oficiais, indicando a direção da saída.
  - IV. As saídas de emergência podem ser equipadas com dispositivos de travamento que permitam fácil abertura do interior do estabelecimento.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

43. Considere os seguintes tipos penais, relativos aos crimes contra a administração:

- |                      |  |
|----------------------|--|
| 1. Prevaricação      | a. Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.      |
| 2. Peculato          | b. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.  |
| 3. Concussão         | c. Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem. |
| 4. Corrupção Passiva | d. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.                                   |

A correta correlação entre os tipos penais e os crimes é:

- (A) 1-a – 2-d – 3-b – 4-c.
- (B) 1-d – 2-b – 3-a – 4-c.
- (C) 1-d – 2-a – 3-b – 4-c.
- (D) 1-b – 2-d – 3-a – 4-c.
- (E) 1-d – 2-b – 3-c – 4-a.

44. De acordo com o Decreto nº 70.274/1972 (Decreto de Cerimonial), em jantares e almoços, no tocante ao envio de representante no lugar da autoridade que esteja impossibilitada de comparecer,

- (A) deverá ser enviado representante, desde que comunicado formalmente com, ao menos, um dia de antecedência.
- (B) nenhum convidado poderá fazer-se representar.
- (C) poderá ser enviado representante, desde que comunicado formalmente com, ao menos, dois dias de antecedência.
- (D) qualquer convidado poderá fazer-se representar sem prévio aviso.
- (E) poderá ser enviado representante que ocupará o mesmo lugar destinado à autoridade representada.

45. Para efeito da Lei nº 9.099/1995, consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes que a lei comine pena máxima não superior a

- (A) 2 anos, somente se não cumulada com multa.
- (B) 3 anos, cumulada ou não com multa.
- (C) 4 anos, cumulada ou não com multa.
- (D) 4 anos, somente se não cumulada com multa.
- (E) 2 anos, cumulada ou não com multa.



46. O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade. A competência do Juizado Especial Cível, entre outras hipóteses, na forma da Lei nº 9.099/1995, é das causas cujo valor não EXCEDA a
- (A) 30 vezes o salário-mínimo.
  - (B) 10 vezes o salário-mínimo.
  - (C) 25 vezes o salário-mínimo.
  - (D) 40 vezes o salário-mínimo.
  - (E) 20 vezes o salário-mínimo.
- 
47. Nos termos da Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade), a sentença penal faz coisa julgada em âmbito cível e no âmbito administrativo disciplinar, se reconhecer ter sido o ato praticado em:
- I. estado de necessidade.
  - II. legítima defesa.
  - III. estrito cumprimento de dever legal.
  - IV. exercício regular de direito.
- Está correto o que se afirma em
- (A) II e III, apenas.
  - (B) I, II, III e IV.
  - (C) I e II, apenas.
  - (D) I e IV, apenas.
  - (E) III e IV, apenas.
- 
48. Segundo a Lei nº 10.048/2000, as pessoas que terão atendimento prioritário são:
- (A) os idosos com idade igual ou superior a 60 anos, as gestantes e as lactantes, somente.
  - (B) as pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos.
  - (C) as pessoas com deficiência e os idosos com idade igual ou superior a 60 anos, somente.
  - (D) os idosos com idade igual ou superior a 60 anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos, somente.
  - (E) as pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 anos e os obesos, somente.
- 
49. Sendo de interesse do Poder Público o comparecimento de pessoa idosa de 82 anos, enferma, à sede do ente público, conforme previsto no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003, com redação dada pela Lei nº 14.423/2022), exigir o comparecimento de tal pessoa idosa enferma pelo Poder Público é
- (A) permitido, desde que seja disponibilizado deslocamento em UTI móvel para assegurar os necessários cuidados médicos com o deslocamento da pessoa idosa enferma.
  - (B) permitido, em razão da supremacia do interesse público em relação ao particular.
  - (C) vedado, pois o correto seria que o Poder Público exigisse que a pessoa idosa enferma se fizesse representar por procurador legalmente constituído.
  - (D) vedado, pois, sendo de interesse do poder público, o ente público providenciará os meios para designação de procurador às suas expensas, sendo proibido o contato com a pessoa idosa em sua residência.
  - (E) vedado, pois, quando de interesse do poder público, é admitido que o agente promova o contato necessário com a pessoa idosa em sua residência.
- 
50. A Resolução CNJ nº 467/2022 regulamentou o inciso XI do artigo 6º da Lei nº 10.826/2003 e prevê que o porte de arma de fogo de servidores dos quadros pessoais do Poder Judiciário é:
- (A) defeso aos servidores do Poder Judiciário, enquadrados como agentes e inspetores da especialidade Polícia Judicial, ainda que efetivamente estejam no exercício do poder de polícia, em todo o território nacional, sendo permitido somente no Estado em que está lotado para o exercício de suas funções.
  - (B) autorizado aos servidores do Poder Judiciário, enquadrados como agentes e inspetores da especialidade Polícia Judicial, independentemente de estarem no exercício do poder de polícia, somente no Estado em que estejam lotados.
  - (C) defeso aos servidores do Poder Judiciário, enquadrados como agentes e inspetores da especialidade Polícia Judicial, ainda que efetivamente estejam no exercício do poder de polícia, em todo o território nacional.
  - (D) autorizado aos servidores do Poder Judiciário, enquadrados como agentes e inspetores da especialidade Polícia Judicial, e que efetivamente estejam no exercício do poder de polícia, em todo o território nacional.
  - (E) autorizado aos servidores do Poder Judiciário, enquadrados como agentes e inspetores da especialidade Polícia Judicial, e que efetivamente estejam no exercício do poder de polícia, somente no Estado em que estejam lotado para os exercícios de suas funções.



51. A Lei nº 7.716/1989 define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Constituem efeitos da condenação a perda do cargo ou função pública, para o servidor público, e a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular, por prazo não superior a
- (A) 3 meses.
  - (B) 2 meses.
  - (C) 1 mês.
  - (D) 7 dias.
  - (E) 15 dias.

52. A Lei nº 10.098/2000 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. De acordo com a referida lei, com a Redação dada pela Lei nº 13.146/2015, na hipótese de uma pessoa portadora de deficiência não conseguir ter acesso ao primeiro andar de edifício público histórico por ausência de elevador adaptado, o tipo de barreira encontrada é
- (A) de transporte.
  - (B) urbanística.
  - (C) arquitetônica.
  - (D) nas comunicações.
  - (E) nas informações.

53. De acordo com a Lei nº 9.503/1997, considere:

- |                 |                            |
|-----------------|----------------------------|
| 1. Vias urbanas | a. Via de trânsito rápido. |
| 2. Vias rurais  | b. Estradas.               |
|                 | c. Via local.              |
|                 | d. Rodovias.               |
|                 | e. Via coletora.           |

A correta correlação quanto à utilização e à classificação das vias é:

- (A) 1-a – 2-c – 2-b – 1-e – 1-d.
  - (B) 2-d – 1-c – 1-e – 2-a – 1-b.
  - (C) 2-b – 2-e – 1-a – 1-c – 1-d.
  - (D) 2-d – 1-e – 2-b – 2-c – 2-a.
  - (E) 1-a – 2-b – 1-e – 2-d – 1-c.
54. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), Lei nº 9.503/1997, onde não houver sinalização regulamentadora, as velocidades máximas permitidas para automóveis nas rodovias de pista dupla, vias de trânsito rápido, rodovias de pista simples e vias arteriais serão de, respectivamente:
- (A) 100 km/h – 90 km/h – 90 km/h – 60 km/h
  - (B) 110 km/h – 80 km/h – 100 km/h – 60 km/h
  - (C) 100 km/h – 80 km/h – 100 km/h – 40 km/h
  - (D) 110 km/h – 100 km/h – 90 km/h – 40 km/h
  - (E) 100 km/h – 90 km/h – 100 km/h – 80 km/h

55. A obtenção de um trânsito mais humano, harmonioso, seguro e justo depende, fundamentalmente, dentre outros fatores, da forma de dirigir e de se comportar no trânsito. Com relação à postura e à forma de conduzir o veículo automotor,
- (A) a faixa transversal do cinto de segurança deve ser posicionada sob o ombro, atravessando o peito, tocando levemente o pescoço.
  - (B) a utilização de presilhas no cinto de segurança proporciona maior conforto na condução do veículo.
  - (C) o condutor deve dirigir com os braços e pernas bem estendidos, procurando manter os calcanhares apoiados no assoalho do veículo.
  - (D) o condutor deve segurar o volante com as duas mãos, como os ponteiros do relógio na posição de 7 horas e 25 minutos, enxergando melhor o painel, acessando melhor os comandos do veículo e, nos veículos com *air bag*, não impedindo o seu funcionamento.
  - (E) os retrovisores externos, esquerdo e direito, devem ser ajustados de maneira que o condutor, sentado na posição de direção, enxergue o limite traseiro do seu veículo.



56. De acordo com a Código de Trânsito Brasileiro (CTB), Lei nº 9.503/1997, considere:

- I. Carroça.
- II. Automóvel.
- III. Charrete.
- IV. Ciclomotor.
- V. Ciclista desmontado empurrando a bicicleta.

Respeitadas as normas de circulação e conduta estabelecidas pelo CTB, é correto afirmar:

- (A) I é responsável pela segurança de V.
- (B) I é responsável pela segurança de IV.
- (C) V é responsável pela segurança de III.
- (D) IV é responsável pela segurança de II.
- (E) III é responsável pela segurança de II.

57. De acordo com a Código de Trânsito Brasileiro (CTB), Lei nº 9.503/1997, com relação ao uso de luzes em veículos, é correto afirmar:

- (A) Nas vias não iluminadas, o condutor deve usar a luz alta ao seguir outro veículo.
- (B) O condutor manterá apagadas, à noite, as luzes de posição quando o veículo estiver parado para fins de carga ou descarga de mercadorias.
- (C) O condutor manterá acesos os faróis do veículo, por meio da utilização da luz baixa, mesmo durante o dia, em túneis e sob chuva, neblina ou cerração.
- (D) O condutor utilizará o pisca-alerta ligado enquanto estiver transitando em rodovias de pista simples situadas fora dos perímetros urbanos, durante à noite, mesmo não havendo regulamentação.
- (E) A troca de luz baixa e alta, de forma intermitente e por curto período de tempo, com o objetivo de advertir outros motoristas, é vedada para indicar a intenção de ultrapassar o veículo que segue à frente.

58. *Valorizar comportamentos necessários à segurança no trânsito e à efetivação do direito de mobilidade a todos os cidadãos, no qual tanto o Governo quanto a população têm sua parcela de contribuição para um trânsito melhor e mais seguro, trata-se do princípio denominado:*

- (A) dignidade da pessoa humana.
- (B) igualdade de direitos.
- (C) participação.
- (D) corresponsabilidade pela vida social.
- (E) publicidade.

59. Na forma da Lei nº 10.741/2003, com Redação dada pela Lei nº 14.423/2022 (Estatuto da Pessoa Idosa), em todo atendimento de saúde, os maiores de 80 anos terão a preferência especial de atendimento sobre as demais pessoas idosas, EXCETO em caso de

- (A) pessoa idosa, com menos de 80 anos, mas com deficiência auditiva.
- (B) emergência.
- (C) pessoa idosa, com menos de 80 anos, mas com deficiência visual.
- (D) pessoa idosa, com menos de 80 anos, mas obesa.
- (E) pessoa idosa, com menos de 80 anos, desde que com crianças de colo.

60. O Comitê Gestor do Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário (SINASPJ) é constituído no âmbito do Conselho Nacional de Justiça e define protocolos, medidas e rotinas de segurança alinhados à política nacional de segurança do Poder Judiciário e possui objetivos previstos na Resolução nº 435/2021 do Conselho Nacional de Justiça. Tal Resolução dispõe sobre a política e o sistema nacional de segurança do Poder Judiciário e dá outras providências, com a ressalva

- (A) dos relativos à segurança cibernética, que são regulados pelo Departamento de Segurança Institucional do Poder Judiciário.
- (B) das diretrizes para a implantação de centros regionais de formação funcional de segurança institucional, que são procedidas pelos respectivos Tribunais.
- (C) das diretrizes para a implantação de centros regionais que são determinadas pelo Conselho Nacional de Justiça.
- (D) dos relativos à segurança cibernética, que são regulados por comitê específico do Conselho Nacional de Justiça.
- (E) da orientação sobre atribuições dos profissionais de segurança e inteligência que atuam no Poder Judiciário, atribuição de Comitê específico do Conselho Nacional de Justiça.



**Discursiva-Redação**

**Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado [...] Capítulo 10. [...] 10.3 Na **Prova Discursiva-Redação**, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 10.3.1 A **Prova Discursiva-Redação** tem o objetivo de avaliar a proficiência em Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, considerando a capacidade de compreender e expor argumentos com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade a respeito do tema e com base nos textos de apoio propostos, avaliando inclusive a correção gramatical, segundo os critérios definidos nos itens 10.4 a 10.9. 10.4 Considerando que o texto constitui uma unidade, os itens discriminados a seguir serão avaliados em estreita correlação, do que não decorre proporcionalidade na atribuição dos pontos para cada um deles: 10.4.1 **Conteúdo – até 4 (quatro) pontos:** a) perspectiva adotada no tratamento do tema; b) capacidade de análise e senso crítico em relação ao tema proposto; c) consistência dos argumentos, clareza e coerência no seu encadeamento. 10.4.2 **Estrutura – até 3 (três) pontos:** a) respeito ao gênero solicitado; b) progressão textual e encadeamento de ideias; c) articulação de frases e parágrafos (coesão textual). 10.4.2.1 A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra, quanto ao Conteúdo, abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentados na prova. 10.4.3 **Expressão – até 3 (três) pontos:** A avaliação da expressão não será feita de modo estanque ou mecânico, mas sim de acordo com sua estreita correlação com os demais critérios, considerando-se: a) desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido; adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso; b) domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos; propriedade vocabular; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação. 10.5 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na **Prova Discursiva-Redação**, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto Federal nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.6 Será atribuída nota **ZERO** à **Prova Discursiva-Redação** que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos no item 10.4 deste Capítulo. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) não atender aos requisitos definidos na grade de correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 10.7 Na **Prova Discursiva-Redação**, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. [...] 10.8.1 Na **Prova Discursiva-Redação, para os candidatos a cargos de nível médio**, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo **de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas**, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.9 A **Prova Discursiva-Redação** terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver **nota igual ou superior a 6 (seis) pontos**.

Com seu humor característico, o escritor Luis Fernando Verissimo nos propôs esta relevante consideração sobre o tema geral da liberdade:

*“Dizer que a minha liberdade termina onde começa a liberdade do outro é muito bonito. Mas e se a liberdade foi mal distribuída e o meu vizinho tem um latifúndio de liberdade, enquanto a minha é um quintalzinho de nada? É feio sugerir um reestudo dessa divisão?”*

**Com base no que se afirma, redija um texto dissertativo-argumentativo no qual você exponha com clareza sua posição crítica acerca do tema nele tratado.**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	



17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO